

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.588, DE 2013

Dispõe sobre a transferência temporária e simbólica da sede do Governo Federal para a cidade de Itú, Estado de São Paulo.

**Autor:** MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO

**Relator:** Deputado PAULO MALUF

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Missionário José Olímpio, propõe a transferência temporária e simbólica da sede do Governo Federal de Brasília para Itú (SP), anualmente, no dia 18 de abril, como forma de homenagear a cidade na data em que foi realizada a Convenção de Itu – a primeira convenção republicana do País, no ano de 1873.

Em sua justificativa, o autor argumenta que nessa convenção fincaram-se as raízes para a campanha liberal, que culminaria com a implantação do regime republicano federativo no país.

O projeto tramita ordinariamente, em caráter conclusivo, nas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo recebido parecer pela rejeição naquela Comissão.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Em conformidade ao que dispõem os artigos 54 e 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa e mérito da proposição, que tramita, em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II).

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos materialmente constitucionais, não havendo vícios de constitucionalidade a apontar.

Como bem explicado pela Comissão de Cultura, a Convenção de Itú foi um marco histórico e a pedra fundamental para a adoção da forma republicana de governo no país. Em que pese o fato de outros fatores também terem contribuído para a instalação da República no Brasil, a importância da referida Convenção em nada é diminuída, sendo o presente projeto justíssima homenagem à cidade considerada “berço da República”.

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas essas considerações, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL n. 5.588, de 2013.**

Sala da Comissão, em            de            de 2015.

Deputado PAULO MALUF  
Relator